



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/  
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



**ABIMÁRIA MENDES DOS REIS**

**REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO  
CAMPO NO BRASIL**

**PICOS-PI  
2021**

ABIMÁRIA MENDES DOS REIS

**REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO  
CAMPO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros como requisito à obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

**Orientador:** Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Universidade Federal do Piauí**  
**Campus Senador Helvídio Nunes de Barros**  
**Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo**  
**Serviço de Processamento Técnico**

<b>R375r</b>	<p>Reis, Abimária Mendes dos Reflexões sobre os impactos do fechamento de Escolas do Campo no Brasil / Abimária Mendes dos Reis– 2021. Texto digitado Indexado no catálogo <i>online</i> da biblioteca José Albano de Macêdo- CSHNB Aberto a pesquisadores, com as restrições da biblioteca</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura Plena em Educação do Campo, Ciências da Natureza, Picos-PI, 2021. “Orientador: Dr. Gardner de Andrade Arrais”</p> <p>1. Educação do Campo. 2. Nucleação. 3. Escolas do Campo. I. Arrais, Gardner de Andrade. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.7</p>
--------------	--

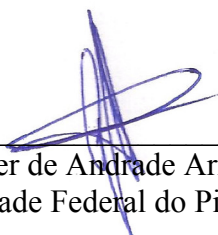
ABIMÁRIA MENDES DOS REIS

**REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO  
CAMPO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Educação do Campo/Ciências da Natureza, pela Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

**Orientador:** Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais

Banca Examinadora:



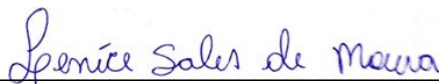
---

Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais – Orientador  
Universidade Federal do Piauí - UFPI



---

Profa. Dra. Edneide Maria Ferreira da Silva – Membro  
Universidade Federal do Piauí - UFPI



---

Profa. Me. Lenice Sales de Moura – Membro  
Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI

Aprovado em 08/03/2021.

Dedico este trabalho a minha família, por sempre acreditar no meu potencial e me apoiar durante todo esse percurso, em especial a minha filha Haylla Vitória, por me dar forças para continuar lutando.

## **AGRADECIMENTOS**

Hoje vivo um sonho, mas foi preciso muito esforço, determinação, paciência e perseverança para chegar até aqui. Concluo esta etapa em meio a tantas lutas e outras que ainda estão por vir. Sei que jamais chegaria até aqui sozinha, por isso agradeço em primeiro lugar a Deus, autor e concretizador desse sonho.

À minha família que me apoiou nessa longa caminhada, em especial a minha filha Haylla Vitória, por ser minha maior motivação.

À Universidade Federal do Piauí pela oportunidade de acesso ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza.

A todos os professores que integram o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, pelos conhecimentos, cada um com sua parcela de contribuição na minha formação e aos meus orientadores que dedicaram seu tempo para me orientar neste trabalho.

Enfim, agradeço a todos os meus amigos que me apoiaram, incentivaram e contribuíram de alguma forma para que eu chegasse até aqui.

A todos meu muito obrigada.

Mais do que nunca é necessário resistir, lutar e avançar frente a esse crime que continua sendo executado – o crime de fechar escolas do campo. Este é um crime contra a nação brasileira que continua e precisa ser interrompido e revertido. (TAFFAREL, 2015, p. 47)

## RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre o fechamento de escolas do campo e suas consequências. Teve como objetivo refletir sobre os impactos do fechamento de escolas do campo para os estudantes e suas comunidades, no Brasil. Os objetivos específicos foram discutir sobre o fechamento de escolas do campo no contexto brasileiro; pesquisar dados sobre o fechamento de escolas do campo no Brasil e no Piauí; e, identificar, em trabalhos acadêmicos, as consequências do fechamento de escolas do campo para estudantes e suas comunidades. Para tanto adotou-se a pesquisa bibliográfica em dissertações, trabalho monográfico, livros e artigos, a fim de responder a seguinte questão de pesquisa: quais os impactos do fechamento de escolas do campo para as comunidades e seus sujeitos no Brasil? Os resultados apontam que existe grande prejuízo para o campo e seus sujeitos. Concluímos que existem algumas consequências do fechamento de escolas do campo sobre as comunidades e seus sujeitos: a) longas distâncias a serem percorridas pelos estudantes; b) transporte inadequado de suas residências até a escola; c) riscos em percursos com estradas estruturadas inadequadamente; d) dissociação entre os diferentes tempos e espaços da vida dos sujeitos (família, escola, trabalho); e) destruição de perspectivas de escolarização do sujeito; f) risco de uma formação dissociada da realidade; f) desterritorialização dos camponeses, o que acelera a liberação de mais terra para o latifúndio; g) evasão da juventude camponesa da escola do campo; h) êxodo rural. Além disso, e estabelecendo uma relação com o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, a extinção de campos de estágio, de pesquisa e de atuação dos egressos do Curso.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Nucleação. Escolas do Campo.



## ABSTRACT

This work presents reflections on the closing of rural schools and its consequences. Its objective was to reflect on the impacts of the closure of rural schools for students and their communities in Brazil. The specific objectives were to discuss the closing of rural schools in the Brazilian context; research data on the closure of rural schools in Brazil and Piauí; and, identify, in academic works, the consequences of closing rural schools for students and their communities. For this purpose, bibliographical research was adopted in dissertations, monographic work, books and articles, in order to answer the following research question: what are the impacts of the closing of rural schools for communities and their subjects in Brazil? The results show that there is great harm to the field and its subjects. We conclude that there are some consequences of closing rural schools on communities and their subjects: a) long distances to be covered by students; b) inadequate transportation from their homes to school; c) risks on routes with inadequately structured roads; d) dissociation between the different times and spaces of the subjects' lives (family, school, work); e) destruction of the subject's schooling perspectives; f) risk of formation dissociated from reality; g) deterritorialization of peasants, which speeds up the release of more land to large estates; h) evasion of peasant youth from the rural school; i) rural exodus. In addition, and establishing a relationship with the Licenciatura em Educação do Campo, the extinction of internship, research and performance fields for the graduates of the Course.

**Keywords:** Rural Education. Nucleation. Country Schools.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>QUADRO 1</b> – Etapas da pesquisa.....	14
<b>QUADRO 2</b> - Fechamento das escolas do campo por região e estado.....	21

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	13
<b>2.1 Objetivo Geral</b> .....	13
<b>2.2 Objetivos Específicos</b> .....	13
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	14
<b>4 REFLEXÕES SOBRE O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO</b> .....	16
<b>4.1 Educação do Campo e escolas no campo</b> .....	16
<b>4.2 Fechamento de escolas do campo e alguns impactos sobre as comunidades rurais e seus sujeitos</b> .....	19
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	26
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	27

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o fechamento de escolas do campo. Trata-se de uma proposta desenvolvida no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

A nucleação de unidades escolares no campo tem como algumas de suas consequências o fechamento de escolas e o deslocamento de alunos por longas distâncias. Segundo Munarim (2006) a política de transporte escolar do governo federal, bem como a política de nucleação das escolas isoladas no campo brasileiro acabou por gerar o estímulo ao fechamento de escolas do campo. “Em consequência, crianças são submetidas a longas horas diárias de transporte cansativo e inadequado, ao mesmo tempo que passam a receber escolarização totalmente descontextualizada.” (MUNARIM, 2006, p. 24) Nesse sentido, o tema é de suma relevância para o aprofundamento sobre questões sociais, educacionais e culturais, especialmente na condução de políticas públicas e seus compromissos com a humanidade, especialmente com os povos do campo. Para Taffarel e Munarim (2015, p. 41):

O problema do fechamento das escolas do campo que vem ocorrendo nos últimos 10 anos, tende a se acentuar frente a atual política recessiva e de cortes orçamentários. O fechamento de escolas do campo vem sendo denunciado como um crime contra a nação brasileira. Considerando que a Educação tem sua especificidade e natureza delimitada ontologicamente nos fundamentos e princípios que possibilitam nos tornarmos seres humanos, fechar escolas representa um violento ataque a própria humanização da população da nação brasileira. Configura-se um crime contra uma nação e sua classe trabalhadora, em especial aos povos do campo, florestas e águas.

A aproximação com o objeto de estudo se deu por minhas experiências no campo e na escola do campo. Estudei em uma escola do campo, da alfabetização até a 4ª série do Ensino Fundamental I, pois a mesma só ofertava este nível de ensino. Ao terminar o Ensino Fundamental I tive que me deslocar de bicicleta, percorrendo grande distância para chegar à estrada aonde havia transporte para os alunos se deslocarem para a cidade, para ter acesso ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio.

Considerando o exposto até aqui é que apresentamos este trabalho de conclusão de curso, que tem como objetivo refletir sobre os impactos do fechamento de escolas do campo para os estudantes e suas comunidades, no Brasil. A pergunta que mobiliza esta pesquisa é: quais os impactos do fechamento de escolas do campo para estudantes e suas comunidades no Brasil?

Isto posto, parte-se da hipótese de que o fechamento das escolas do campo está relacionado com o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo brasileiro, expresso

pelo agronegócio, que tem como consequência um processo de desumanização no âmbito da Educação, expresso pela desvinculação entre escola e cultura local, pela exigência de longas distâncias a percorrer para estudar, pelo risco em estradas e transportes escolares inadequados, pelo alto índice de evasão escolar, entre outras questões.

A relevância do estudo está no fato de discutir o fechamento das escolas do campo, as implicações para as comunidades camponesas, considerando as suas necessidades. O trabalho também ajuda a compreender a necessidade de mobilização dos movimentos sociais do campo para impedir o fechamento das escolas, assim como os mesmos foram relevantes para que surgisse uma proposta de Educação do Campo construída com e para os sujeitos do campo, com base em suas necessidades.

Para a produção desta monografia adotou-se a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses.

Esta monografia está subdividida em quatro seções: esta introdução, que apresenta o objeto de estudo, a problematização, a justificativa e aspectos da metodologia; a seção 2, com os objetivos de pesquisa; a seção 3 que apresenta a metodologia de pesquisa; na seção 4 estão os conceitos e resultados e discussões sobre o fechamento de escolas do campo e suas consequência; na última seção estão as considerações finais sobre todo o processo de reflexão da temática.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo geral**

Refletir sobre os impactos do fechamento de escolas do campo para os estudantes e suas comunidades, no Brasil.

### **2.2. Objetivos específicos**

- Discutir sobre o fechamento de escolas do campo no contexto brasileiro;
- Pesquisar dados sobre o fechamento de escolas do campo no Brasil e no Piauí;
- Identificar, em trabalhos acadêmicos, as consequências do fechamento de escolas do campo para estudantes e suas comunidades.

### 3 METODOLOGIA

Esta seção apresentará a descrição do percurso de pesquisa e das escolhas teórico-metodológicas no planejamento e execução da pesquisa. De acordo com Gil (2010, p. 42), a pesquisa “é um processo racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Portanto, afirmação alguma poderá ser pronunciada sem uma fundamentação dos métodos científicos.

Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre os impactos do fechamento de escolas do campo para os estudantes e suas comunidades, no Brasil. Este objeto de estudo requereu uma abordagem qualitativa de pesquisa, que é representada por interpretação dos fenômenos e atribuindo significados, pois esta abordagem não pode ser representada por números.

A pesquisa de tipo exploratória, que foi adotada para a investigação, segundo Severino (2007, p. 123), procura “apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. O fenômeno a ser explorado é a participação de pais na educação escolar de seus filhos.

Adotou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, que abrangeu o estudo e interpretação de dissertações, artigos científicos e livros sobre a temática. Segundo Severino (2007, p. 122) a pesquisa bibliográfica é:

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. [...] Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados.

Partiu-se do pressuposto de que o fechamento das escolas do campo está relacionado com o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo brasileiro, expresso pelo agronegócio e de que esse fenômeno tem consequências diretas sobre a vida nas comunidades campesinas e sobre seus sujeitos.

Para a elaboração da monografia o trabalho foi desenvolvido em seis etapas, para melhor organizar os dados produzidos no processo de leitura e interpretação das fontes, conforme descrito no QUADRO 1 a seguir.

**QUADRO 1** – Etapas da pesquisa.

ETAPAS	ATIVIDADES
1ª etapa	Delimitação do tema, elaboração dos pressupostos e da problemática e definição dos objetivos.

2ª etapa	Levantamento bibliográfico.
3ª etapa	Leitura e fichamento das obras mais relevantes sobre o tema.
4ª etapa	Organização lógica do texto.
5ª etapa	Redação do texto.
6ª etapa	Revisão do texto.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).



## 4 REFLEXÕES SOBRE O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO

Esta seção apresenta reflexões sobre o fechamento das escolas do campo no Brasil e alguns impactos provocados na vida das comunidades e seus sujeitos.

### 4.1 Educação do Campo e escolas do campo

Trabalhadores do campo têm seu histórico marcado pela ausência de políticas de educação específicas para esse contexto. Considerando os elementos da história, para que a Educação do Campo pudesse existir foi necessária a luta do povo camponês, dos movimentos sociais, por uma educação diferenciada para o homem do campo, no sentido de garantir uma proposta de Educação como formação humana. Segundo Cordeiro (2013) o poder público considerava desnecessária a formação humana dos sujeitos do campo, defendendo unicamente uma formação profissionalizante, uma educação que não seria tão importante, nem necessária quanto a urbana. Uma escola que negava o saber dos povos do campo, privilegiava outra forma de ver o mundo e colocava o ensino urbano como superior.

Nessa perspectiva, Molina (2015) ressalta que o Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC é o espaço de articulação, na atualidade, mais importante na condução de debates acerca da Educação do Campo, orientando os sentidos da luta em busca de uma educação diferenciada para o campo, considerando as especificidades de seus sujeitos. A partir de sua experiência, o FONEC constatou a:

[...] necessidade da reafirmação de que não há como se compreender a Educação do Campo dissociada da disputa dos modelos agrícolas na sociedade brasileira. [...] é relevante enfatizar que falar da Educação do Campo, necessariamente, significa falar da disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa e as imensas diferenças entre as consequências que estes modelos de desenvolvimento têm para o homem; para a natureza e para a sociedade. (MOLINA, 2015, p. 380).

Considerando isso, a Educação do Campo, portanto:

[...] vinculada de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida. (MOLINA, 2015, 381)

A Educação do Campo surgiu do interesse de uma parcela da sociedade por uma educação condizente com sua realidade, sendo que Faleiros (2007) salienta que as políticas públicas são conduzidas pelo Estado Capitalista e resultam da relação e do desenvolvimento

complexo das forças produtivas e sociais, assim como da luta de classes e, assim contribuem para a reprodução das classes sociais.

Para a Educação do Campo existir foi necessária a mobilização dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Sem Terra (MST), que além da reforma agrária pedem melhores condições de vida para a população do campo. O caminho para sua luta foi aberto, principalmente, pela Constituição de 1988 que aponta a igualdade entre todos os sujeitos da sociedade e a educação como caminho para que todos participem como cidadãos (MOLINA, 2004).

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2012, p. 15).

Também foi importante para a Educação do Campo o Art. 28, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9.394/1996, que determina para a educação básica a adaptação as peculiaridades da vida rural e, assim, o ensino no campo deve adotar metodologias que sejam condizentes com sua realidade.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, Art. 28).

É preciso saber que a Educação do Campo é um projeto gestado desde o final da década de 1990 e parte das necessidades das populações camponesas. Os movimentos sociais do campo, motivados pela busca de direitos nos vários âmbitos da sociedade e, em especial, o direito à Educação, mobilizam-se no sentido de construção de um modelo educacional contra-hegemônico, específico para o contexto camponês e construído com seus sujeitos. Nesse sentido, Fernandes, Cerioli, Caldart (1998, p. 7) afirmam que:

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz.

Este movimento por uma Educação do Campo parte da ideia de que:

Não basta ter escolas no campo; quer-se ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas; aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo (KOLING; NERY; MOLINA, 1999).

Nessa direção e corroborando um dos princípios da Educação do Campo é preciso respeitar os diferentes tempos e espaços de formação dos sujeitos do campo, a família, a escola, o trabalho por exemplo, que são âmbitos onde ocorrem as experiências do sujeito com o mundo e, portanto, importantes para a sua formação. Um movimento contrário ao que é feito na educação urbana precisa ser realizado, no sentido de que a escola se abra aos conhecimentos produzidos fora dela, nas experiências comuns dos sujeitos, ou seja, a escola precisa fazer um movimento de encontro à realidade dos sujeitos e funcionar como espaço de síntese das diferentes experiências formativas dos sujeitos. (ALENCAR, 2015). Nessa mesma corrente de ideias, Freire (1996, p. 64) nos leva à reflexões sobre este princípio ao afirmar que:

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vem existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.

Um exemplo desta Educação que se busca no projeto de Educação do Campo, de respeito aos diferentes tempos e espaços de formação são as experiências das Licenciaturas em Educação do Campo e das Escolas Família-Agrícola, que tem como fundamento a Pedagogia da Alternância, que segundo Gimonet (2007, p. 122):

[...] pretende viver e gerir a complexidade como espaço educativo, canteiro de formação e de desenvolvimento, fonte de saberes e de conhecimentos. Trata-se, para a formação, educação, orientação de um jovem e, de maneira concomitante, para o desenvolvimento local, de trabalhar com todos os componentes da vida quotidiana, ou seja, a complexidade [...].

O ensino por alternância consiste na articulação de momentos de estudo, de trabalho, com a família e outros espaços de produção da vida dos sujeitos. Na prática, por exemplo, nas licenciaturas em Educação do Campo isso ocorre na alternância entre tempo universidade (em que o estudante vivencia experiência de contato com os saberes curriculares em aulas no espaço da universidade ou fora dela) e tempo comunidade (momento em que são desenvolvidos projetos identificados com a realidade dos sujeitos e considerando os conhecimentos construídos no tempo universidade). A alternância é rica de experiências de troca entre a universidade e as comunidades do campo.

A integração das experiências dos sujeitos nos diferentes espaços de formação é essencial para a consecução da Educação do Campo como projeto que respeita a cultura dos camponeses, colocando-os como sujeitos nesse processo, promovendo inclusive a valorização desta cultura e dos conhecimentos derivados dela. Esse respeito e acima de tudo esse direito só podem se concretizar com a existência de escolas do campo em cada comunidade. Escola do campo entendida, de acordo com o inciso I, do § 1º, do Decreto Nº 7.352/2010, como: [...] aquela situada em área rural, conforme definida pelo IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda prioritariamente a população do campo. Mas principalmente que se compreendam as peculiaridades da escola que se quer para o campo:

Entende-se por escola do campo aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 63)

Portanto, a escola do campo que o movimento por uma Educação do Campo busca construir é essencialmente imbricada à cultura dos povos do campo e geograficamente situada de modo a permitir que os meninos e meninas do campo consigam estudar com dignidade, inseridos em seu território e perto de suas famílias.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (CALDART, 2011, p. 110).

Nessa direção, reflitamos sobre alguns dados sobre o processo de nucleação de escolas do campo, que tem como principal ação o fechamento de escolas, o que converge para uma série de problemas na Educação de crianças, jovens e adultos no campo.

#### **4.2 Nucleação de escolas do campo e alguns impactos sobre as comunidades rurais e seus sujeitos**

A cada dia as escolas no campo são fechadas com base nos mais diferentes argumentos; o poder público destaca que não há alunos suficientes nas escolas, que não há infraestrutura adequada e, assim, definem o processo de nucleação dessas escolas, que conduz

ao fechamento das mesmas e trazem implicações significativas para os sujeitos que vivem no campo, para sua formação, para sua cidadania.

Para iniciar as reflexões, Molina (2015) traz algumas considerações a respeito do fechamento das escolas do campo: “Foram fechadas, de acordo com dados do próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2014), mais de 37 mil escolas rurais nos últimos dez anos (de 102 mil, em 2002 para 65 mil em 2015).” Estes dados demonstram um grave fenômeno que ocorre no sistema educacional brasileiro e sobre o qual é preciso pensar e agir.

O processo de nucleação é previsto no âmbito das políticas públicas. A Portaria Nº 391, de 10 de maio 2016, estabelece orientações aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, sendo assim:

Art. 2º O processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de **manifestação expressa do órgão normativo** do respectivo sistema de ensino.

Parágrafo único. Para o cumprimento de que trata o caput, o órgão normativo do sistema de ensino deverá considerar:

I - a justificativa e o diagnóstico da situação apresentados pela Secretaria de Educação;

II - a **análise diagnóstica do impacto da ação proposta**; e

III - a **manifestação da comunidade escolar**, no âmbito do respectivo território etnoeducacional ou território rural, se escola indígena ou do campo, onde houver.

Art. 3º A justificativa a que se refere o inciso I do art. 2º deverá conter um relato pormenorizado dos pressupostos que motivam a decisão do fechamento da unidade escolar, considerando a oferta do ensino para as populações do campo, indígenas e quilombolas em escola pública nas respectivas comunidades ou mais próximas de sua residência (BRASIL, 2014, p. 40, grifo nosso).

Portanto, o processo de fechamento de uma escola do campo deve ser precedido de uma análise diagnóstica do impacto da ação proposta e a manifestação da comunidade escolar, ou seja, a justificativa deve considerar, especialmente, o posicionamento da comunidade.

Entretanto, Santos, Bezerra Neto e Bezerra (2017) afirmam que o fechamento das escolas do campo é um ciclo vicioso que tem, sobretudo, beneficiado o transporte escolar, mostrando que há interesses escusos em fechar estas escolas. É notório que o fechamento das

escolas do campo acontece sem a devida fiscalização, que parece desconsiderar as necessidades dos sujeitos do campo, das famílias de alunos, **que passam a ter um ensino longe de suas casas, dissociados de sua realidade e tem de enfrentar todos os dias os riscos de viagens em transportes muitas vezes inadequados.**

Nesse sentido, é preciso destinar um olhar especial ao fechamento das escolas do campo, pois:

Ao fechar uma escola, acaba-se também as perspectivas de transformação do sujeito, podendo torná-lo um ser alienado, incapaz de buscar dependência nas relações de grupo e individual, sem criticidade para escolher, tomar decisões e assumir seus deveres perante a sociedade. (COSTA, 2018, p. 21).

O fechamento das escolas do campo pode implicar na **destruição de perspectivas de escolarização do sujeito.**

Taffarel e Munarim (2015) chamam a atenção para o que vem acontecendo com a educação do campo na atualidade, cortes no orçamento dessas escolas e fechamento. **Diante dos cortes orçamentários torna-se impossível uma educação de qualidade, a realização de projetos, os cortes orçamentários culminam no fechamento das escolas do campo, o que vem sendo uma constante na atualidade.**

A fim de tornar mais claro como o fechamento das escolas do campo tem afetado tanto os alunos, quanto as comunidades, vejamos o QUADRO 2 elaborado por Guimarães (2017, p. 39), que demonstra o número de escolas fechadas por região em alguns estados do Brasil.

**QUADRO 2** - Fechamento das escolas do campo por região e estado.

FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL POR REGIÃO	
ULTIMOS 15 ANOS / DADOS INEP ANO 2014	
REGIÃO NORDESTE	
ESTADOS	ESCOLAS FECHADAS
ESTADO DA BAHIA	872- ESCOLAS FECHADAS
ESTADO DO MARANHÃO	407- ESCOLAS FECHADAS
ESTADO DO PIAUÍ	377- ESCOLAS FECHADAS
ESTADO DO CEARÁ	375- ESCOLAS FECHADAS
REGIÃO NORTE	
ESTADO DO PARÁ	332- ESCOLAS FECHADAS
REGIÃO SUL	
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	107- ESCOLAS FECHADAS
ESTADO DE SANTA CATARINA	84- ESCOLAS FECHADAS
REGIÃO SUDESTE	
ESTADO DE MINAS GERAIS	290- ESCOLAS FECHADAS
ESTADO DE SÃO PAULO	59- ESCOLAS FECHADAS
ESTADO DO ESPIRITO SANTO	48- ESCOLAS FECHADAS

Fonte: Censo Escolar INEP/2014. Quadro organizado por Guimarães (2017).

Percebe-se que a região Nordeste é sempre a mais atingida, totalizando o maior número de escolas fechadas em relação a todo o resto do país. O QUADRO 2 demonstra o descaso com a Educação do Campo em nosso país. Deve-se levar em conta as situações das estradas em que trafegarão esses alunos, as condições financeiras, o tempo de deslocamento para outra escola, o desgaste físico e emocional que afetarão a aprendizagem, dentre outros fatores.

Guimarães (2017, p. 38) acrescenta à discussão questões importantes para o entendimento da relação homem-educação-campo-sociedade:

[...] o fechamento das escolas do campo em todo território nacional, vem sendo realizada de forma indiscriminada e sistematizada nas últimas décadas. O que podemos observar no Brasil é a velha política do “Coronelismo”, do latifúndio improdutivo, especulação monetária e imobiliária e a precária distribuição de terras e renda no Brasil, o que leva a um elevado conflito de classes e de terra. Apenas uma pequena parcela da população detém o título e a posse da terra, e a grande massa trabalhadora fica a margem da sociedade, sem ter acesso às condições mínimas de subsistência esculpidas em dezenas de Leis e Tratadas Internacionais de Direitos Humanos. Esses aspetos refletem diretamente no fechamento das escolas do campo [...].

O poder público tem justificado o fechamento das escolas do campo, ressaltando os gastos de manutenção das escolas com poucos alunos, ofertando assim para a população o transporte escolar que leva o aluno até a zona urbana para estudar. Desta maneira entende-se que a política pública de Educação para o campo está mais voltada para os interesses do capital do que para o ser humano. Um reflexo da estrutura latifundiária em nosso país e da necessidade da reforma agrária. Uma das intencionalidades desta dinâmica no campo, de fechamento de escolas, é a produção de mão de obra barata para o latifúndio.

Uma das mais perversas [estratégias de empresas do agronegócio] tem sido o convencimento da juventude das áreas de Reforma Agrária da região, de abrir mão da maior vitória alcançada com a luta pela terra, que significa o domínio deste meio de produção, convencendo esta juventude a vender sua força de trabalho a estas empresas monocultoras, conseguindo inclusive, que muitas famílias acabem arrendando seus lotes para estas mesmas empresas (MOLINA et al., 2015 apud MOLINA, 2015, p. 394).

Munarim (2011, p. 53) entende este tipo de justificativa como “racionalidade econômico-financeiro e a ideologia do desenvolvimento capitalista urbanocentrado”. Dessa forma, o fechamento das escolas do campo é uma realidade no sistema educacional, essencialmente consequente do sistema capitalista e da estrutura socioeconômica de nosso país, o que requer mobilizações dos grupos sociais – que tanto lutaram para sua existência –

para que esse processo seja barrado, pois ele põe em **risco a formação do sujeito do campo, sua cidadania e distancia o sujeito do campo de suas raízes.**

[...] as brutais diferenças sociais; ambientais; culturais; políticas e econômicas, entre estas duas lógicas de organizar a agricultura: a lógica do agronegócio e a lógica da agricultura familiar camponesa não estão suficientemente claras para o conjunto da sociedade – muitas vezes, não estão claras nem nos próprios assentamentos e nas escolas do campo, pois assim como o conjunto da sociedade, estes territórios têm sido objeto de intensa disputa ideológica. (MOLINA, 2015, p. 381)

Esse é um dos motivos que conduziram à elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, ou seja, produzir conhecimento sobre os impactos do fechamento de escolas do campo para as populações camponesas e para a sociedade de modo geral.

Apesar de o Piauí não ter sido o estado que mais teve escolas do campo fechadas, até 2014, podendo ter esses números avançado, decidiu-se buscar mais informações sobre ele, considerando que este trabalho se insere no contexto da Universidade Federal do Piauí, no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza; realidade que nos atinge mais diretamente e sobre a qual nos interessa refletir. Borges (2017, p. 312), com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2014) e do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta, sobre o Piauí, que:

Ao todo, 377 escolas do campo, todas elas municipais, foram fechadas no estado do Piauí no ano de 2014. Destas, 23 (6,10%) foram extintas e 354 (93,90%) tiveram suas atividades paralisadas. Estas instituições atendiam, em 2013, a um total de 7.088 alunos regularmente matriculados e estavam distribuídas em 111 municípios distintos, ou seja, quase metade (49,55%) dos 224 municípios nos quais o estado do Piauí é dividido.

O município no qual houve maior fechamento de escolas (quinze, ao todo), foi o de Pedro II, respondendo por 3,98% do total do estado. O município com o maior número de alunos afetados foi o de Corrente, em um total de 468 alunos, respondendo por 6,60% do total estadual. As médias foram de 3,40 escolas fechadas por município e de 63,86 alunos por escola, conforme a tabela abaixo.

Ainda segundo Borges (2017, p. 314) o município de Picos teve duas escolas fechadas, o que representa 1,59% das escolas fechadas no Estado; 55 alunos foram afetados pelo fechamento das unidades, o que representa 1,17% do total de alunos afetados por fechamento de escolas no Estado.

Borges (2017, p. 320) ressalta, entre outros aspectos apontados em sua pesquisa, que pode-se denotar a existência de uma política generalizada de desmonte da Educação do Campo no Estado do Piauí:



Embora o número de escolas fechadas em cada cidade varie entre uma e 15, e o número de alunos afetados varie entre quatro e 468; em média, cada município fechou em torno de três ou quatro escolas, afetando algo entre 63 e 64 alunos. Tendo em vista que a maioria dos municípios contribuiu com menos de 1% do total de instituições fechadas, isso denota uma política generalizada de desmonte da educação do campo em todo o estado. O efeito é similar à formação de uma duna a partir de pequenos e inúmeros grãos de areia: embora, com algumas exceções, cada cidade tenha contribuído pouco com o número total de escolas fechadas no estado e com a quantidade total de alunos que foram afetados, o somatório de suas pequenas contribuições resulta em algo de grandes proporções. Vale ressaltar que 58 dos municípios estudados, ou seja, 52% do total, possuem população menor do que 7.088 habitantes, que foi o total de alunos afetados em todo o estado – o que nos dá indícios do quão desastroso pode ser este efeito.

Isso parece ir na contramão da política de Educação do Campo de oferta de Educação Superior, especialmente por intermédio dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. Fato que causa mais uma preocupação e faz surgir questionamentos como: em que escolas estagiarão os estudantes dessas licenciaturas? Onde irão atuar depois de formados?

Diante de todas estas informações é preciso refletir sobre que escola queremos para o campo e para o Brasil como um todo, a fim de incluirmos toda a população. Sobre isso Guimarães (2017, p. 38) aponta para o ensino público, gratuito, de qualidade:

As normas jurídicas de políticas públicas elevam a educação à categoria de serviço público essencial. Nesse sentido, temos a obrigação de criminalizar e judicializar o fechamento das escolas do campo. O Poder Judiciário e o Ministério Público devem impedir o fechamento das escolas do campo e possibilitar a permanência digna dos educandos. Por este motivo devemos primar pela preferência constitucional do ensino público de qualidade, organizando os sistemas de ensino, mediante prestações estatais que garantam, no mínimo: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria, em horário integral por ser dever do Estado Brasileiro (GUIMARÃES, 2017, p. 38).

Esta política de nucleação de escolas do campo, que conduz ao fechamento de escolas do campo, impacta diretamente na vida das comunidades e seus sujeitos. Alguns desses impactos já vimos discutindo ao longo do texto e já chegando ao final desse escrito nos propomos apresentar alguns desses impactos apontados pelos autores estudados até aqui.

Molina (2015) aponta que o fechamento de escolas do campo “integra o intenso processo de desterritorialização dos camponeses, acelerando a liberação de mais terras para a nova lógica de acumulação do capital no campo, representado pelo agronegócio” (p. 388). Apresenta também que uma das consequências é a evasão da juventude camponesa da escola, devido à longas distâncias a percorrer e aos longos períodos fora de casa; os riscos das estradas; a precariedade do transporte ofertado.

Guimarães (2017) concorda com as consequências acima expostas e acrescenta:

Se adicionarmos a essas informações as dificuldades de acesso às escolas do campo, as condições de conservação e o tipo de transporte utilizado, bem como as situações de tráfego das estradas, concluiremos que a saída do local de residência torna-se uma condição para o acesso à escola, uma imposição e não uma opção dos estudantes do campo. (p. 54)

Guimarães (2017) ressalta ainda que o fechamento de escolas do campo gera o êxodo rural, o que implica em outros problemas tanto no campo como na cidade, a exemplo dos níveis de violência.

Borges (2017) acrescenta que a política de fechamento de escolas do campo, com as justificativas que são apresentadas pelos gestores, demonstram uma má estratégia de gestão. Além disso, reflete:

Os autores supracitados [MUNARIM; LOCKS, 2012] mencionam como algumas possíveis consequências do processo de nucleação o transporte escolar precarizado, as longas viagens diárias de ida e volta – muitas vezes com os estudantes saindo de madrugada e retornando no meio da tarde –, a perda da convivência familiar e o abandono da cultura do trabalho no campo. Também ressaltam que no entendimento de alguns movimentos sociais, fechar uma escola do campo significa privar um número considerável de jovens do direito à educação, em especial uma educação que se dê em consonância com sua realidade cotidiana e com a cultura dos grupos sociais nos quais estão inseridos.

Santos, Bezerra Neto e Bezerra (2017, p. 133) compartilham:

[...] das concepções e reflexões do Fórum Nacional de Educação do Campo, quando reitera que o fechamento das escolas no meio rural tem por finalidade primeira atender aos interesses econômico-financeiros lascivos dos dirigentes políticos locais com a partilha do transporte escolar.

Com isto, o homem do campo tem migrado com suas famílias para os grandes centros urbanos, com o intuito de proporcionar educação de qualidade para seus filhos, mas sabe-se que no final é o homem do campo quem sofre as maiores consequências, perde-se o sonho e perde-se a terra. As ações de fechamento das escolas do campo só provocam atrasos no desenvolvimento humano, acentuando desigualdades sociais e econômicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar sobre o fechamento das escolas do campo, percebeu-se que os números são alarmantes e que as consequências são desastrosas no sentido da garantia do direito à Educação às populações do campo, pois com esta ação percebe-se o agravamento da exclusão, o descaso, a falha nas políticas públicas e a desigualdade educacional.

No contexto brasileiro a Região Nordeste é a mais prejudicada, não apenas em número de escolas, mas de alunos atingidos pelos processos de nucleação.

Na Região Nordeste, os dados referentes ao fechamento de escolas e número de estudantes atingidos demonstram a existência de uma política generalizada de desmonte da educação do campo.

As consequências deste fenômeno representam um retrocesso nas políticas públicas de Educação no campo. O fechamento de escolas do campo fortalece o sistema de concentração de riquezas no campo, que desencadeiam fatores opressivos característicos de uma sociedade ainda atrasada no que tange a liberdade.

Evidenciou-se nos estudos realizados que existe certo consenso de que o fechamento de escolas do campo é uma estratégia de dominação do capital sobre as populações camponesas e para o avanço do agronegócio como lógica hegemônica no campo.

Destacamos do estudo realizado algumas consequências do fechamento de escolas do campo sobre as comunidade e seus sujeitos: a) longas distâncias a serem percorridas pelos estudantes; b) transporte inadequado de suas residências até a escola; c) riscos em percursos com estradas com estruturas inadequadas; d) dissociação entre os diferentes tempos e espaços da vida dos sujeitos (família, escola, trabalho); e) destruição de perspectivas de escolarização do sujeito; f) risco de uma formação dissociada da realidade; f) desterritorialização dos camponeses, o que acelera a liberação de mais terra para o latifúndio; g) evasão da juventude camponesa da escola do campo; h) êxodo rural. Além disso, e estabelecendo uma relação com o Curso de Licenciatura em Educação do Campo a extinção de campos de estágio, de pesquisa e de atuação dos egressos do Curso.

Esperamos que este escrito sirva de estímulo à continuidade das pesquisas e reflexões sobre o fechamento das escolas do campo, um fenômeno que reforça a estrutura latifundiária do Brasil e atinge diretamente o sistema educativo, as comunidades e seus sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. F. dos S. Princípios pedagógicos da educação do campo: caminho para o fortalecimento da escola do campo. **Ci. & Tróp.** Recife, v. 39, n. 2, p. 41-72, 2015.
- BRASIL. **Portaria N° 391, de 10 de maio de 2016.** Estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo [...]. Diário oficial da União. n. 89. Seção 1. pag. 40. 11 maio 2016. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519929/do1-2016-05-11-portaria-n-391-de-10-de-maio-de-2016-21519867](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519929/do1-2016-05-11-portaria-n-391-de-10-de-maio-de-2016-21519867)>. Acesso em: 25 jan 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Indicadores Educacionais 2014.** 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 12 mai 2020.
- BRASIL. **Decreto N° 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília: Casa Civil, 2010.
- BRASIL. Lei N° 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 ago 2020.
- BORGES, D. G. O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí. **Revista Linhas.** Florianópolis, v. 18, n. 36, p.305/324, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017305/pdf>>. Acesso em: 17 de julho 2020.
- CALDART, R. S. Educação do campo. *In*: CALDART, Roseli Salette. et al. **Dicionário da educação do campo.** 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. *In*: ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CORDEIRO, T. G. B. de F. e. **Nenhuma escola fechada! Os impactos da nucleação escolar no embate entre educação rural e educação do campo.** 2013. 159 fls. Tese (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo. 2013.
- COSTA, M. de J. **Fechamento de escolas do campo no município de Jaicós- PI.** 2018. 43fls. Monografia (Licenciatura Plena em Educação do Campo Ciências da Natureza). Universidade Federal do Piauí. Picos. 2018.
- FALEIROS, V. de P. **A política social no Estado capitalista.** São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMONET, J. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUIMARÃES, F. de O. **Políticas públicas e fechamento das escolas do campo no Brasil**. 2017. 59 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio Grande do Norte. 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2434/2/2017%20-%20F%20c3%a1bio%20de%20Oliveira%20Guimar%20c3%a3es.pdf> Acesso em: 03 set 2020.

KOLLING, E. J.; Ir. NERY; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília: Editora da UNB, 1999.

MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**, v. 1, p. 53-90, 2004.

\_\_\_\_\_. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

MUNARIM, A. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: Molina, Mônica Castagna. (Org.) **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 152 p.

MUNARIM, A. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011. p. 51-63

SANTOS, F. R. dos; BEZERRA NETO, L. B.; BEZERRA, M. C. dos S. B. Políticas Públicas/Estatais para Educação do/no Campo (1997-2014). In: SANTOS NETO, J. L. dos; BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. dos S. (Orgs.) **Trabalho e educação: estudos sobre o rural brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. 274p.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago. 2015.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. Pátria Educadora e fechamento de Escolas Do Campo: O crime continua. **Revista pedagógica**. v.17, n. 35, maio/ago. 2015.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( X ) Monografia  
( ) Artigo

Eu, ABIMÁRIA MENDES DOS REIS, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 20 de setembro de 2021.

*Abimária Mendes dos Reis*

Assinatura

Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais  
Orientador